



Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho: proposta de uma ficha de notificação individual

Work-related Voice Disorder: proposal of an individual notification record

Trastornos de la Voz Relacionados con el Trabajo: propuesta de un formulario de notificación individual

*Léslie Piccolotto Ferreira**

*Helenice Yemi Nakamura***

*Eliane Zampieri****

*Ana Carolina Constantini***

Resumo

Introdução: a exemplo de fonoaudiólogos de outras regiões do país, um grupo de fonoaudiólogas do Estado de São Paulo resolveu elaborar uma Ficha de Notificação Individual (FNI) que pudesse nortear a identificação de qualquer distúrbio de voz que tivesse sua relação com o contexto de trabalho. Objetivo: descrever o processo de elaboração da FNI, com detalhamento quanto ao seu preenchimento. Esta proposta poderá contribuir para maior visibilidade a todos os profissionais da saúde que possam ter a sua frente um trabalhador com alteração de voz. Ainda, poderá incentivar outros estados ou municípios do país para que se possa ter, em futuro próximo, um levantamento oficial do Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho.

Palavras-chave: Voz; Distúrbios da voz; Saúde do trabalhador; Notificação de doenças

Abstract

A group of speech therapists from the State of São Paulo decided to prepare an Individual Notification Form (FNI) that could guide the identification of any voice disorder that is related to the work context.

* PUC SP, São Paulo, SP, Brasil.

** Unicamp, Campinas, SP, Brasil.

*** CEREST Campinas, Campinas, SP, Brasil.

Contribuição dos autores:

LPF, HYN, EZ, ACC: discussão e elaboração da ficha de notificação; preparação do manuscrito.

E-mail para correspondência: Ana Carolina Constantini - carolconstantini@gmail.com

Recebido: 17/03/2017

Aprovado: 20/11/2017



Objective: to describe the process of elaboration of the FNI, with details as to its completion. This purpose intends to give greater visibility to all the health professionals who will make the notification. Also, it may encourage other states or municipalities in the country to have, in the near future, an official survey of the Work-related Voice Disorder.

Keywords: Voice, Voice disorders, Occupational health, Disease notification.

Resumen

Introducción: siguiendo el ejemplo ocurrido en otras regiones, un grupo de fonoaudiólogas del estado de São Paulo decidió elaborar un formulario de notificación individual (FNI) que podrían orientar la identificación de cualquier trastorno de la voz que tuviese relación con el contexto laboral. Objetivo: describir el proceso de elaboración de la FNI, con detalles sobre cómo llenarlo. Esta propuesta podrá contribuir con mayor visibilidad para todos los profesionales de la salud que tengan delante de sí un trabajador con trastorno de voz. También podrá incentivar a que en otros estados o municipios en el país se pueda tener, en un futuro próximo, una encuesta oficial de los Trastornos de Voz Relacionados con el Trabajo.

Palabras claves: Voz; Trastornos de la voz; Salud laboral; Notificación de enfermedad.

Introdução

As discussões acerca do reconhecimento do Distúrbio de Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT) no ano de 2017 completarão 20 anos. Tiveram início nos Seminários de Voz da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e contam com registro que permite o resgate histórico desse tempo^{1,2,3}.

Além de fonoaudiólogos, participaram dessas discussões outros profissionais da saúde (médicos, fisioterapeutas, psicólogos, entre outros), engenheiros e advogados representados pelos seus Conselhos, Sociedades Científicas, Universidades ou Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), e também trabalhadores, denominados profissionais da voz, representados pelos Sindicatos ou Associações de Classe.

Além desse movimento, entre os anos de 2001 e 2004, a Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia (SBORL), atual Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF), com representantes do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (CREMERJ) e Sociedade Brasileira de Laringologia e Voz (SBLV), promoveu Reuniões denominadas Pró-Consenso de Voz Profissional com o objetivo de estabelecer um protocolo, com aspectos relacionados a avaliação, tratamento, cuidado, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento dos indivíduos que utilizam a voz profissionalmente⁴.

Dois momentos importantes desse período podem ser destacados, e esses coincidem com a publicação de material até hoje utilizado como referência: o artigo publicado pelo CEREST-SP⁵ e o Protocolo de Complexidade Diferenciada do Ministério da Saúde, conhecido como “Protocolo DVRT” (com versão de consulta pública disponível em <http://www.pucsp.br/laborvox/dvrt.html>)⁵.

Apesar de esse último documento ter sido redigido por solicitação do Ministério da Saúde e ter passado por consulta pública, em função de mudanças relacionadas às políticas vigentes no país, desde 2012 aguarda aprovação.

O termo “Distúrbio da Voz Relacionado ao Trabalho (DVRT)” é definido nos documentos gerados a partir dos eventos citados acima como qualquer forma de desvio vocal diretamente relacionado ao uso da voz durante a atividade profissional que diminua, comprometa ou impeça a atuação e/ou comunicação do trabalhador, podendo ou não haver alteração orgânica da laringe.

É importante destacar que na Classificação Internacional das Doenças (CID-10), o termo Distúrbio de Voz corresponde ao código R49, que tem como subitem para o termo Disfonia o código R49.0⁶. Entretanto, quando há outras manifestações clínicas ou estruturais no aparelho fonador, outros CIDs mais específicos podem ser utilizados de acordo com o diagnóstico otorrinolaringológico.

Percebe-se que apesar da alta ocorrência do distúrbio de voz registrada em diferentes pesquisas realizadas com profissionais da voz, principalmente professores, em âmbito nacional⁷⁻¹⁵ e internacional

¹⁶⁻²⁰, não há dados oficiais que deem visibilidade à ocorrência desse agravo, de modo que pouco se conhece sobre o trabalhador que desenvolve um distúrbio vocal relacionado ao trabalho. Dados sobre o perfil desse trabalhador, ocupação, vínculo empregatício, condições do ambiente e da organização do trabalho, manifestações clínicas (ou principais sinais e sintomas apresentados), condutas adotadas, dentre outros, são fundamentais para conhecer os fatores desencadeantes e agravantes do DVRT e para o desenvolvimento de ações de prevenção e redução de riscos nos ambientes e processos de trabalho.

Dentre os diversos sistemas de informação em saúde (SIS), o SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde, é o que contempla os diversos agravos à Saúde do Trabalhador. Tem por objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados pelos sistemas de vigilância epidemiológica municipais, estaduais e federal, além de realizar a análise das informações epidemiológicas para o planejamento da saúde e da necessidade de intervenções. O SINAN é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória.²¹⁻²³

O DVRT ainda não teve seu protocolo aprovado pelo Ministério da Saúde, e dessa forma também não foi contemplado na lista dos agravos à Saúde do Trabalhador no SINAN.

Entretanto, é facultada aos estados e municípios a inclusão de outros agravos considerados importantes para a sua região, não previstos pelo Ministério da Saúde. Foi o que ocorreu em duas localidades em relação ao DVRT. O CEREST-RJ, em 2008, junto à Secretaria Estadual da Saúde incluiu a denominação “Disfonia Ocupacional” na lista de doenças de notificação compulsória, oficializado em 2013^{24,25}. O mesmo foi feito pelo estado de Alagoas²⁵.

A inclusão do DVRT na lista dos agravos de notificação local e estadual pode ser uma estratégia para demonstrar aos órgãos públicos a necessidade de inclui-lo na relação das doenças relacionadas ao trabalho em nível nacional.

Nessa direção, um grupo de quatro fonoaudiólogas do Estado de São Paulo resolveu, a exemplo das iniciativas dessas localidades, elaborar uma Ficha de Notificação Individual (FNI), nos moldes das fichas do Sistema de Agravo de Notificação

(SINAN), para o DVRT, que pudesse ser utilizada para a notificação dos casos identificados com distúrbio de voz que tivessem sua relação com o contexto de trabalho.

Cabe lembrar que a notificação no SINAN tem caráter epidemiológico, que a análise dos dados e das informações geradas da ocorrência do agravo, devem subsidiar ações na área da Saúde Pública.

Trata-se, portanto de um procedimento de saúde previsto no Código Sanitário do Estado SP (Lei Estadual 10.083/1998)²⁷, na Resolução da Secretaria de Saúde/SP 63 (de 30/4/09), (documento CVS SP) e na Resolução 428 do CFFa²⁸.

Vale destacar que a notificação das doenças relacionadas ao trabalho (DRT) no SINAN não exclui a necessidade da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). A notificação no SINAN gera informações para o Ministério da Saúde e a CAT gera informações para o Ministério da Previdência Social, com possíveis benefícios previdenciário e trabalhista, caso o trabalhador seja afastado do trabalho por mais de 15 dias e sua incapacidade relacionada ao trabalho reconhecida pela equipe médica da Previdência Social. A notificação no SINAN independe do vínculo trabalhista (formal, informal, autônomo, estatutário, entre outros) enquanto que a CAT é emitida somente para trabalhador com vínculo formal (registro em carteira de trabalho). Ambos os documentos são de grande valia ao trabalhador e devem ser instrumentos de identificação dos casos de DRT.

No momento, como não está prevista a notificação do DVRT no SINAN, a ficha de notificação elaborada, e ora apresentada, foi discutida e pactuada com a Diretoria de Vigilância em Saúde do Trabalhador / Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo.

O impacto da DVRT à saúde e à capacidade laboral abrange dimensões individuais e coletivas e a visibilidade do agravo permitirá a implantação de políticas públicas que direcionem ações de promoção, prevenção e reabilitação deste agravo.

Dessa forma, o objetivo desta comunicação é descrever o processo de elaboração da FNI, com detalhamento quanto ao seu preenchimento.

Vislumbramos num futuro próximo dispor de dados suficientes para que possamos mapear os casos de DVRT em território nacional a fim de oportunizar ações de saúde com capacidade de mudanças individuais e coletivas.

Descrição

Quatro fonoaudiólogas com experiência em Saúde do Trabalhador e na área de Voz Profissional se reuniram tendo em mãos a proposta elaborada pelos profissionais de Alagoas, e cada item foi discutido e argumentado quanto à necessidade de sua inclusão. Ao final, uma extensa lista, principalmente de sinais e sintomas vocais e fatores relacionados ao ambiente e à organização do trabalho constituíram a FNI.

O grupo identificou em fichas de notificação pactuadas quais seriam os campos principais e o objetivo de uma FNI. O intuito foi de elaborar um material de fácil entendimento aos profissionais da saúde que atuam em serviços públicos e/ou privados e, viabilizar a utilização do material em larga escala diante da suspeita e/ou ocorrência do DVRT.

Dessa maneira, a FNI deverá ser preenchida por profissional da saúde, na suspeita ou eminência de um caso de DVRT e, seguirá o fluxo já estabelecido pela vigilância epidemiológica municipal, sendo posteriormente disponibilizado à DVST- CEREST/SES-SP.

A confiabilidade dos dados será proporcional ao criterioso preenchimento dos campos da ficha e pressupõe a capacitação técnica dos profissionais de saúde.

Diante da definição do DVRT houve então a construção de uma FNI, com os seguintes campos: identificação, dados complementares do caso como ocupação, situação no mercado, caracterização das condições e da organização do trabalho e espaço para informações complementares e observações. Como instrumento de investigação do caso, a ficha foi elaborada com uma linguagem simples e acessível, não sendo, portanto um roteiro de anamnese. Finalizada a primeira versão da ficha, esta foi revista no grupo e posteriormente analisada por oito diferentes profissionais das áreas de Saúde do Trabalhador, Voz profissional e autoridades sanitárias. Após novas reformulações a ficha ficou composta conforme apresentado em anexo (Anexo 1).

Para facilitar seu preenchimento será elaborado um instrutivo, nos moldes dos que estão disponíveis para outras DRT.

Considerações finais

A FNI ora proposta, de caráter epidemiológico, somente será um instrumento de visibilidade para o DVRT e de subsídio para ações coletivas de prevenção e promoção em saúde, se houver o comprometimento dos profissionais de saúde desta área em realizar as notificações dos casos atendidos, cujas condições e organizações do ambiente de trabalho tenham contribuído para o desencadeamento / agravamento do distúrbio vocal.

Esta FNI não pode se transformar em mais um instrumento de vigilância em saúde estabelecido, mas não utilizado.

As fichas preenchidas devem ser encaminhadas aos serviços responsáveis pela informação e/ou vigilância epidemiológica das Secretarias Municipais, que devem repassar semanalmente em meio magnético para as Secretarias Estaduais de Saúde (SES). Frente a qualquer dúvida o CEREST mais próximo deve ser acionado.

Referências

1. Ferreira LP. DVRT: dos Consensos de Voz Profissional ao Protocolo de Complexidade Diferenciada no SUS. Fonoaudiologia na Saúde do Trabalhador. Boletim elaborado pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado do Rio de Janeiro (Ceres/Sesdec-RJ) e o Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz (Cesteh/ENSP/Fiocruz). 2012. 7 – Janeiro/Abril.
2. Masson, MLV, Ferrite, S, Pereira, LMA, Ferreira, LP, Araujo, TM. Em Busca do Reconhecimento do Distúrbio de Voz como Doença Relacionada ao Trabalho: Movimento histórico-político. Cien Saude Colet [periódico na internet](2017/Set). Está disponível em: <http://www.cienciasaudecoletiva.com.br/artigos/em-busca-do-reconhecimento-do-disturbio-de-voz-como-doenca-relacionada-ao-trabalho-movimento-historicopolitico/16357?id=16357&id=16357>
3. Ferreira, LP, Bernardi, APA. Distúrbio de voz relacionado ao trabalho: resgate histórico. Rev Distúrbios Da Comunicação. 2011; v. 23, p. 233-7.
4. Carta do Rio [internet]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial; 2004 [acesso em 8 de novembro de 2016] Disponível em http://www.aborlcef.org.br/secao_detalhes.asp?s=51&id=278
5. DVRT Consulta Pública [homepage na Internet]. Pontifícia Universidade Católica [acesso em 2017 Nov 07]. Disponível em: <http://www.pucsp.br/laborvox/download/protocolo-dvrt-final-27-06-12-gt3.pdf>
6. Organização Mundial da Saúde. CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. vol.1.

7. Silvany AM, Annibal M, Araújo TM, Dutra FRD, Azi GR, Alves RL, Kavalkievick C, Reis EJFB. Condições de trabalho e saúde de professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia. *Rev Bahiana de Saúde Pública*. 2000; v. 24, p.42-6.
8. Ferreira LP, Giannini SP, Figueira S, Silva EE, Karmann DF, Souza TMT. Condições de Produção Vocal de Professores da Rede do Município de São Paulo. *Distúrbios Comun*. 2003; v. 14, n.2, p. 275-308.
9. Medeiros AM, Barreto SM, Assunção AA. Voice disorder (dysphonia) in public school female teachers working in Belo Horizonte: prevalence and associated factors. *J Voice*. 2008; v.22, n. 6, p. 676-87,
10. Alves LP, Araújo LTR, Neto JAX. Prevalência de queixas vocais e estudo de fatores associados em uma amostra de professores de ensino fundamental em Maceió, Alagoas, Brasil. *Rev. Bras. Saúde Ocup*. 2010; v.35, n. 121, p. 168-75.
11. Servilha EA, Ruela IS. Riscos ocupacionais à saúde e voz de professores: especificidades das Unidades de Rede Municipal de Ensino. *Rev CEFAC*. 2010; v.2, n.1, p.109-14.
12. Ferreira LP, Latorre MRDO, Giannini SPP. A violência na escola e os distúrbios de voz de professores. *Distúrbios Comun*. 2011; v. 23, n. 2, p. 165-72.
13. Behlau M, zambom F, Querrieri AC, Roy N. Epidemiology of Voice Disorders in Teachers and Nonteachers in Brazil: Prevalence and Adverse Effects. *J Voice*, 2012; 26: 665.e9-665.e18.
14. Giannini SP, Latorre MRDO, Frida MF, Ghirardi ACAM; Ferreira LP. Teachers' voice disorders and loss of work ability: a case-control study. *J Voice*. Philadelphia. 2015; v. 29, n.2, p.209-17.
15. Valente AMSL, Botelho C, Silva AMC. Distúrbio de voz e fatores associados em professores da rede pública. *Rev. Bras. Saúde Ocup*. 2015; 40 (132): 183-95.
16. Roy N, Merrill RM, Thibeault S, Gray S, Smith EM. Voice disorders in teachers and the general population: effects on work performance, attendance, and future career choices. *J Speech Lang Hear Res*. 2004; 44: 542-52.
17. Vilkman E. Occupational Safety and Health Aspects of Voice and Speech Professions. *Folia Phoniatr Logop*. 2004; v. 56, p. 220-53,
18. Preciado-Lopez J, Perez-Fernandez C, Calzada-Uriondo M, Preciado-Ruiz P. Epidemiological study of voice disorders among teaching professional of La Rioja, Spain. *J Voice*. 2008; 22:489-508.
19. Lerner MZ, Paskhover B, Acton L, Young N. Voice disorders in actors. *J Voice*. 2013; v.27 n.6: 705-8.
20. Jones K, Sigmon J, Hock L, Nelson E, Sullivan M, Ogren F. Prevalence and risk Factors for voice problems among telemarketers. *Arch Otolaryngology Head & Neck Surgery*. 2002; v. 128, n. 5.
21. BRASIL. Portaria GM/MS nº104, de 25 de janeiro de 2011. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/portaria_ms_n_1_1427144636.984_de_12_de_setembro_de_2014. Acesso em: 20 de nov. 2016.
22. BRASIL. Portaria GM/MS. Portaria nº 1.984, de 12 de setembro de 2014. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/portaria_ms_n_1_1427144636.984_de_12_de_setembro_de_2014. Acesso em: 20 de nov. 2016.
23. BRASIL. Portaria GM/MS nº204, de 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://www.ebserh.gov.br/documentos/222346/1207905/portaria20417fevereiro2016+DNC.pdf/8873ac5f-8e2c-42d9-bcfb-d78a2376aed6>. Acesso em: 20 de nov. 2016.
24. CEREST-SP. Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. Coordenadoria de Controle de Doenças. Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Centro de Vigilância em Saúde. Distúrbios da voz relacionados ao trabalho. Bepa [periódico na internet]. 2006 [acesso em 10 jun 2007]. Disponível em: http://www.cve.saude.sp.gov.br/agencia/bepa26_dist.htm.
25. D'oliveira C, Torres, F. Notificação do Distúrbio de Voz relacionado ao Trabalho: relato de experiência pioneira no Brasil. *Distúrbios Comun*, 23(1), 2011. Acesso realizado em: 30 set 2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/8071/5956>.
26. Ferraciu CCS, Almeida MS. O distúrbio de voz relacionado ao trabalho do professor e a legislação atual. *Rev. CEFAC*. 2014; 16 (2): 628-633.
27. São Paulo. Resolução SS - 63, de 30 de abril de 2009. Regulamenta o Fluxo de Notificações de Agravos à Saúde do Trabalhador, no âmbito do Estado de São Paulo. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/saude/legislacao/0001/ResolucaoSS_2009_00063.pdf. Acesso em: 20 de nov. 2016.
28. Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa). RESOLUÇÃO CFFa n. 428, de 2 março de 2013. "Dispõe sobre a atuação do fonoaudiólogo na saúde do trabalhador e dá outras providências." <http://www.fonoaudiologia.org.br/legislacaoPDF/Res%20428-2013.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2016.

Anexo 1 - FNI

MANUAL PARA PREENCHIMENTO DA FICHA DE NOTIFICAÇÃO DOS DISTÚRBIOS DA VOZ RELACIONADOS AO TRABALHO (DVRT)

Este manual destina-se a esclarecer fonoaudiólogos ou outros profissionais de saúde sobre o preenchimento da ficha de notificação DVRT no Estado de São Paulo.

A ficha de notificação deverá ser preenchida sempre que houver a confirmação ou a suspeita da ocorrência de um distúrbio vocal relacionado à atividade laboral e entregue ao CEREST ou à vigilância dos distritos/ unidades de saúde do município para a inserção dos dados no FORMSUS (SES/CVS/SP).

Não há fatores objetivos que meçam ou provem o nexo com o trabalho. Entretanto é possível, por meio do levantamento das atividades realizadas pelo trabalhador, das condições do ambiente e da organização do trabalho, da história (antecedentes) individual, da avaliação fonoaudiológica, dos resultados de exames e diagnóstico médico, estabelecer a relação entre saúde, trabalho e adoecimento.

A notificação por meio desta ficha tem caráter epidemiológico. Através da análise dos dados será possível obter informações que dimensionem a ocorrência deste agravo, suas manifestações, a caracterização deste trabalhador, o impacto à saúde e à capacidade laboral, além de contribuir para o planejamento de ações de assistência e intervenção no ambiente de trabalho. Desta forma, é possível dar visibilidade ao DVRT e à necessidade de implantação de políticas públicas que previnam a ocorrência deste agravo.

Esta notificação não configura atestado ou laudo do profissional. Não traz nenhum benefício trabalhista ou previdenciário para o trabalhador.

As informações fornecidas são sigilosas. As análises estatísticas estarão disponíveis aos interessados.

Na medida do possível, todos os campos devem ser preenchidos. Em caso de dúvidas, estas podem ser esclarecidas pelo CEREST do seu município ou região.

INSTRUÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA FICHA DE NOTIFICAÇÃO DVRT

- Dados da notificação:

CAMPO 1- Data de notificação: corresponde a data de preenchimento da ficha de notificação.

CAMPO 2- Preencher com o nome completo do município onde está localizada a unidade de saúde notificadora.

CAMPO 3- Preencher com o nome completo e/ou código CNES – Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde da unidade de saúde notificadora.

- Dados do Paciente:

CAMPO 4- Preencher com o nome completo do paciente (sem abreviações).

CAMPO 5- Preencher com data de nascimento (dia/mês/ano) de forma completa.

CAMPO 6- Preencher com a idade do paciente.

CAMPO 7- Registrar o sexo do paciente com o código correspondente (M=masculino, F=feminino e I=ignorado).

CAMPO 8- Preenchimento somente para o sexo F. Para sexo masculino, registrar “6”= não se aplica.

CAMPO 9- Preencher com o código correspondente à raça ou cor declarada pela pessoa. 1=branco, 2=preta, 3=amarela, 4=parda (pessoa que se declarou mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça de preto com outra cor ou raça) e 5=índigena.

CAMPO 10- Preencher com a série e grau de instrução que a pessoa está frequentando ou frequentou, de acordo com os códigos de 1 a 10 descritos na ficha.

CAMPO 11- Preencher com o número do cartão do Sistema Único de Saúde – SUS.

CAMPO 12- Preencher com o nome completo da mãe do paciente (sem abreviações).

CAMPO 13- Anotar o nome do município da residência do paciente.

CAMPO 14- Anotar o tipo (avenida, rua, travessa, etc) e endereço completo da residência do paciente.

CAMPO 15- Anotar o código de endereçamento postal (CEP) da residência do paciente.

CAMPO 16- Anotar DDD e telefone do paciente.

- Dados Ocupacionais:

CAMPO 17- Identificar ocupação, função exercida pelo trabalhador quando manifestou o distúrbio vocal.

CAMPO 18- Identificar a situação atual do trabalhador no mercado de trabalho, conforme as alternativas apresentadas. Caso o DVRT tenha sido desencadeada e/ou agravada em outra situação no mercado de trabalho, descrever essa situação no campo final “informações complementares”.

CAMPO 19- Anotar tempo de trabalho referente à ocupação citada no campo 17 seguido do código referente a esse tempo (“3” se o tempo de trabalho tiver sido menor que 12 meses e “4” se for maior que um ano).

CAMPO 20- Anotar a razão social (nome) da empresa contratante, quando o trabalhador manifestou o distúrbio vocal.

CAMPO 21- Anotar o município onde está localizada a empresa citada no campo 20.

CAMPO 22- Anotar o endereço completo da empresa.

CAMPO 23- Anotar o telefone da empresa.

CAMPO 24- Identificar se a empresa citada é empresa terceirizada.

CAMPO 25- Assinalar as características do ambiente e da organização do trabalho.

CAMPO 26- Anotar a somatória do tempo de todos os trabalhos em que fez uso profissional da voz e registrar o código referente ao tempo citado: “3” se o tempo for meses e “4” se for anos.

- Dados Clínicos:

CAMPO 27- Assinalar a ocorrência de outros agravos ou hábitos associados.

CAMPO 28- Registrar os sinais e sintomas vocais referidos pelo trabalhador.

CAMPO 29- Assinalar o CID R49 OU outro CID específico se houver o diagnóstico médico.

CAMPO 30- Anotar data do diagnóstico. Se necessário, pode ser utilizado a data de exames ou de laudos e relatórios relacionados ao Distúrbio da Voz. Caso ainda não tenha o diagnóstico, anotar a data aproximada do início dos sintomas e registrar no campo “informações complementares” que ainda não passou por avaliação profissional.

CAMPO 31- Assinalar a realização ou não de tratamento.

CAMPO 32- Especificar o tipo de tratamento realizado conforme opções apresentadas.

CAMPO 33- Anotar se houve afastamento do trabalho devido ao distúrbio vocal.

CAMPO 34- Em caso positivo de afastamento, anotar o tempo de afastamento do trabalho para tratamento, conforme códigos apresentados.

CAMPO 35- Em caso positivo de afastamento, anotar a evolução do quadro conforme alternativas.

CAMPO 36- Identificar a evolução do caso, conforme as alternativas apresentadas.

- Dados complementares do caso:

CAMPO 37- Identificar se outros trabalhadores foram diagnosticados com DVRT no mesmo local de trabalho.

CAMPO 38- Identificar a(s) medida(s) adotada(s) após a identificação do problema, conforme alternativas apresentadas.

CAMPO 39- Identificar se foi emitida a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) ou se houve o registro do DVRT em outro instrumento de notificação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Espaço para o acréscimo de informações que julgar importantes e complementares.

Identificar o nome e função exercida na Unidade de Saúde do profissional que realizou o preenchimento da ficha de investigação.



Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo/ Superintendência de Vigilância em Saúde
Diretoria de Vigilância à Saúde do Trabalhador

FICHA DE INVESTIGAÇÃO

Definição de caso: DISTÚRBO DA VOZ RELACIONADO AO TRABALHO é qualquer forma de alteração vocal relacionada à atividade profissional que diminua, comprometa ou impeça a atuação e/ou comunicação do trabalhador, podendo ou não haver alteração orgânica da laringe.		
Agravos DISTÚRBO DE VOZ RELACIONADO AO TRABALHO (DVRT)		Código (CID10) R49
1- Data de Notificação: _____		
Local de Atendimento		
2- Município de Notificação	3- Nome da Unidade de Saúde Notificadora	CNES da Unidade de Saúde
Dados Pessoais		
4- Nome do paciente		5- Data de Nascimento
6- Idade (anos)	7- Sexo M- Masculino F- Feminino I- Ignorado	8- Gestante 1- Sim 2- Não 6- Não se aplica 9- Ignorado
		9- Raça / Cor 1- Branca 2- Preta 3- Amarela 4- Parda 5- Indígena 9- Ignorado
10- Escolaridade 0- Analfabeto 1- Ensino Fundamental 2- Ensino Médio 3- Ensino Médio Técnico 4- Ensino Superior Incompleto 5- Ensino Superior		
6- Ensino Superior – Pós-graduação 9- Ignorado 10- Não se aplica		
11- Número do Cartão SUS		12- Nome da mãe
13- Município de Residência		14- Endereço
15- CEP		16- (DDD) Telefone
Dados Ocupacionais		
17- Ocupação (CBO)		
18- Situação no mercado		19- Tempo de trabalho na Ocupação
1- Empregado registrado com carteira assinada 2- Empregado não registrado 3- Autônomo / conta própria 4- Servidor público estatutário		09- Cooperativado 10- Trabalhador avulso 11- Empregador 12- Outros 99- Ignorado
		3- Mês 4- Ano
20- Nome da Empresa ou Empregador (atual ou da última que trabalhou)		21- Município
22- Endereço		23- (DDD) Telefone
		24- O empregador é Empresa Terceirizada 1- Sim 2- Não 3- Não se aplica 9- Ignorado
25- Caracterização das condições do ambiente e da organização do trabalho		
<input type="checkbox"/> Ruído ambiental <input type="checkbox"/> Uso excessivo da voz <input type="checkbox"/> Contraste de temperatura <input type="checkbox"/> Poeira / fumaça <input type="checkbox"/> Ambiente estressante <input type="checkbox"/> Sobrecarga de trabalho <input type="checkbox"/> Produtos químicos/ irritativos <input type="checkbox"/> Fiscalização contínua <input type="checkbox"/> Metas a atingir <input type="checkbox"/> Necessidade de falar alto <input type="checkbox"/> Baixa autonomia <input type="checkbox"/> Outros (especificar no campo informações complementares)		
26- Há quanto tempo usa a voz profissionalmente?		
3- Mês		
4- Ano		
Dados Clínicos		
27- Agravos e hábitos associados – autorreferidos		
<input type="checkbox"/> Alergias <input type="checkbox"/> Disfunção de ATM <input type="checkbox"/> Etilismo <input type="checkbox"/> Infecções respiratórias <input type="checkbox"/> Transtorno mental <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Refluxo gastroesofágico <input type="checkbox"/> Tabagismo		
28- Sinais e sintomas		
<input type="checkbox"/> Rouquidão <input type="checkbox"/> Esforço ao falar <input type="checkbox"/> Pigarro <input type="checkbox"/> Falha / Perda da voz <input type="checkbox"/> Ardor na garganta ao falar <input type="checkbox"/> Outros: _____ <input type="checkbox"/> Cansaço ao falar <input type="checkbox"/> Garganta / boca seca		
29- Diagnóstico específico - CID 10		30- Data do Diagnóstico:
<input type="checkbox"/> J37 Laringite e laringotraqueite crônicas <input type="checkbox"/> J38 Doenças das cordas vocais e da laringe não classificadas em outra parte <input type="checkbox"/> R49 Distúrbios da voz <input type="checkbox"/> C32 Câncer de laringe <input type="checkbox"/> Outros: _____		_____
31- Realiza ou realizou algum tratamento?		32- Se sim, que tipo de tratamento?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Ignorado		<input type="checkbox"/> Medicamentoso <input type="checkbox"/> Cirurgia <input type="checkbox"/> Fonoaterapia <input type="checkbox"/> Outros: _____



